



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Exmo. Senhor  
Presidente do Conselho de Administração  
da Agência de Avaliação e Acreditação do  
Ensino Superior  
[a3es@a3es.pt](mailto:a3es@a3es.pt)

Of. nº 16/8ª – CECC/2011

20.Julho.2011

**Assunto:** Petição nº 180/XI/2ª - Pedido de informação

Encontra-se em apreciação na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura a Petição nº 180/XI/2ª<sup>1</sup>, da iniciativa de Mário Caneva Magalhães Moutinho que "Solicitam a alteração do regime da Agência de Avaliação e Acreditação. *do Ensino Superior e da avaliação em geral*".

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 17º, conjugado com o artigo 20º da Lei do Exercício do Direito de Petição, conforme texto republicado em anexo à Lei nº 45/2007, de 24 de Agosto, venho solicitar que se pronuncie sobre o respectivo conteúdo.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 20.º da citada Lei, transcrevem-se as normas do n.º 4 desse artigo e do n.º 1 do artigo 23.º, respectivamente:

---

<sup>1</sup> <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12111>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

*"O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efectuado no prazo máximo de 20 dias";*

*"A falta de comparência injustificada, a recusa de depoimento ou o não cumprimento das diligências previstas no n.º1 do artigo 20.º 2 constituem crime de desobediência, sem prejuízo do procedimento disciplinar que no caso couber".*

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(José Ribeiro e Castro)

---

<sup>2</sup> N.º 1 do artigo 20.º: *"A comissão parlamentar, durante o exame e instrução, pode ouvir os petionários, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias".*